
A DESIGUALDADE GLOBAL COMO AMEAÇA À SUSTENTABILIDADE SOCIAL

GLOBAL INEQUALITY AS A THREAT TO SOCIAL SUSTAINABILITY

TÁSSIA APARECIDA GERVASONI

Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Mestre e Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora colaboradora do PPGD - IMED. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição, vinculado ao CNPq.

FELIPE DA VEIGA DIAS

Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) com período de Doutorado Sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Professor permanente do PPGD IMED – Mestrado. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Criminologia, Violência e Sustentabilidade Social”.

RESUMO

Objetivos: Este estudo propõe-se a identificar a relação entre a desigualdade social em perspectiva global e as promessas não cumpridas da modernidade, bem como a verificação da sustentabilidade social do projeto socioeconômico em curso. Objetiva-demonstrar que a desigualdade social é um problema mundial, razão pela qual o seu enfrentamento limitado às fronteiras dos Estados não será suficiente nem sustentável.

Metodologia: A pesquisa adota, metodologicamente, uma abordagem fenomenológico-hermenêutica, métodos de procedimento histórico e monográfico, e técnica de pesquisa por documentação indireta.

Resultados: Dentre os principais resultados, destaca-se a constatação de que os níveis de desigualdade social a partir da concentração de renda têm atingindo níveis sem precedentes e que, ainda que a desigualdade dentro dos países seja preocupante, os seus índices globais são ainda mais graves, tornando insustentável o atual projeto político-socioeconômico.



Contribuições: A pesquisa apresentada chama atenção para a necessidade de se tratar a desigualdade social como um problema global e dos mais urgentes deste século, tendo em vista que seus índices sinalizam o esgotamento de todo um projeto socioeconômico em curso. A ideia de um mundo globalizado precisa encarar os problemas que desprezam as fronteiras e, hoje, a desigualdade social já é, comprovadamente ao longo do texto, um problema global.

Palavras-chave: desigualdade social; desigualdade global; modernidade; sustentabilidade.

ABSTRACT

Objective: *This study aims to identify the relationship between social inequality in global perspective and the unfulfilled promises of modernity, as well as the verification of the social sustainability of the ongoing socioeconomic project. It aims to demonstrate that social inequality is a global problem, which is why its limited confrontation with state borders will not be sufficient or sustainable.*

Methodology: *The paper proposes a phenomenological-hermeneutical methodology approach, methods of historical and monographic procedure, and research technique by indirect documentation.*

Results: *Among the main results, we highlight the fact that the levels of social inequality from income concentration have reached unprecedented levels and that, even though inequality within countries is worrying, their overall indices are even more serious, making the current socio-economic political project unsustainable.*

Contributions: *The research presented draws attention to the need to treat social inequality as a global problem and one of the most urgent of this century, considering that its indexes signal the exhaustion of an entire socio-economic project in progress. The idea of a globalized world needs to face the problems that disregard the borders and, today, social inequality is already, as demonstrated throughout the text, a global problem.*

Keywords: *social inequality; global inequality; modernity; sustainability.*

1 INTRODUÇÃO

O estilo de vida no mundo contemporâneo é marcado por uma série de fatores bastante peculiares que o distinguem radicalmente de qualquer outro período histórico. Por mais que se possa compreender cada momento como singular, o final



do século XX e esse início de século XXI têm sido especialmente inéditos na sua conformação político-socioeconômica. Fenômenos como a globalização, aliados e alimentados pelos avanços científicos e tecnológicos, impulsionam uma verdadeira reinvenção dos modos de vida.

Tamanhas são as mudanças que se discute a emergência de uma nova era, ainda indefinida teórica e conceitualmente apesar de já perceptível em um plano concreto. Essa nova era vem para contestar, em certa medida, o paradigma da modernidade, cuja consolidação foi definida pela promissora ideia de um progresso que nunca se completou.

Assim, o tempo da modernidade foi o tempo do progresso, permeado por um otimismo e por promessas que hoje rompidos e irrealizados colocam em crise o projeto sobre o qual se ergueu toda a estrutura política e social conhecida. Nesse contexto, o presente estudo propõe-se a identificar os resultados dessas crises no que concerne à desigualdade que resulta do projeto não realizado e avaliar as possibilidades estruturais de sua continuidade quanto a aspectos que serão previamente delimitados. A questão a ser respondida diz respeito à identificação da relação entre a desigualdade social e as promessas de progresso feitas pela/na modernidade, considerando a necessária perspectiva global que deve permear a análise, bem como a verificação da sustentabilidade social do projeto em curso considerando a realidade presente.

Para responder ao problema proposto, a pesquisa divide-se em dois momentos, com objetivos que compreendem, inicialmente, um resgate dos principais elementos da modernidade, visando reconstruir a noção de tempo e de progresso que se uniram na consolidação desse paradigma e, a partir disso, averiguar as relações e contradições entre o capitalismo (enquanto sistema econômico que emerge da razão moderna) e as promessas não cumpridas por esses projetos, que acabam ocasionando uma situação insustentável do ponto de vista político, econômico e social.

Concluída essa primeira parte, a investigação volta-se ao estudo dos efeitos desses projetos, promessas e paradigmas em contradição e crise: qual o legado da conjunção desses fatores? Nesse sentido será analisado o problema da desigualdade



social do ponto de vista global, que tem atingindo níveis sem precedentes e cujas perspectivas futuras sinalizadas não se mostram sustentáveis, o que impõe, na linha do que será defendido, um amplo repensar dos modos de vida e, sobretudo, da utilização e distribuição da riqueza. Ao final, objetiva- demonstrar que a desigualdade social é um problema de tal gravidade que o seu enfrentamento doméstico, limitado às fronteiras dos Estados, não será suficiente e tampouco capaz de articular soluções sustentáveis pela e para a humanidade.

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem fenomenológico-hermenêutica, pois busca a compreensão dos objetos investigados no seu “como”, inseridos no mundo, sem prender-se a uma “quididade” real das categorias examinadas. Em termos de procedimento, serão empregados os métodos histórico e monográfico, justificando-se o primeiro pela necessária conexão com elementos pretéritos que precisará ser construída e, o segundo, pelo recorte espaço-temporal e teórico específicos em que se circunscreve a investigação. Como técnica de pesquisa, será utilizada a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica, já que o presente texto reúne e compila diversos dados oficiais produzidos e originalmente publicados em outros estudos.

2 O TEMPO DA MODERNIDADE E INSUSTENTABILIDADE SOCIAL DE UM PROGRESSO INDEFINÍVEL: AS RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE O CAPITALISMO E AS PROMESSAS DA MODERNIDADE

Contemporaneamente multiplicam-se estudos e teorias sobre uma possível nova era que, ainda indefinida, vem recebendo variadas designações: pós-modernidade, transmodernidade, hipermodernidade, modernidade líquida, entre outras várias expressões cunhadas por diferentes estudiosos. O aspecto que une essas construções teóricas diz respeito ao consenso - mais ou menos estabelecido - de que se vive nas últimas décadas, sobretudo, um período de intensas mudanças, motivadas por fenômenos diversos, mas com destaque para a globalização e os avanços tecnológicos que têm ressignificado as noções de tempo e espaço.



Todas essas mudanças, em maior ou menor escala, impactam o paradigma moderno sobre o qual se fundam a maior parte das instituições, estruturas e sistemas em torno dos quais a vida política, jurídica, econômica e social se organizaram nos últimos pelo menos cinco séculos e, por essa razão, respondem pela chamada crise da modernidade - uma fórmula também bastante utilizada para prover alguma explicação ao conjunto de transformações no modo de vida e de organização e, até mesmo, nos novos tipos de conflitos experimentados mais recentemente em escala local e global.

Não sendo objetivo imediato do presente texto buscar essas explicações e, definitivamente, não havendo a pretensão de solucionar as controvérsias acerca do que motiva e no que consiste esse novo espaço-tempo, parte-se do pressuposto de que estão em curso profundas transformações, as quais provocam e revelam crises sem precedentes. Cumpre, portanto, estabelecer um recorte sobre quais os aspectos da modernidade e(m) crise serão averiguados. Tendo em vista esse contexto, o interesse investigativo predominante do presente item reside no seguinte: as promessas de progresso feitas pela/na modernidade são de fato sustentáveis do ponto de vista social considerando a realidade presente?

Para tanto, será preciso retomar algumas noções que servirão como ponto de partida, como a ideia de tempo, bastante particular para a modernidade e, sobretudo, de crise. Tão grande é essa força modeladora que representa a modernidade e tudo o que concorre para a sua definição que mesmo o conceito de “tempo” sofre o impacto de sua emergência. A classificação ainda hoje usual que divide a história – notadamente em Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna – só se pode formar a partir da perda do caráter puramente cronológico de expressões como “idade moderna”, “mundo moderno”, que passam a designar o caráter distintivo de uma época enfaticamente nova (HABERMAS, 1989. p. 16).

Tais implicações à ideia de “tempo” operadas por essa nova era também respondem à construção de um conceito específico e bastante característico da modernidade, cuja concepção de “tempo” identifica-o como o “tempo do progresso”. A noção de tempo do progresso assenta-se sobre dois elementos: de um lado, a crescente capacidade tecnológica que torna possível a obtenção de meios de vida



com menor custo temporal e material, alimentando a ideia mítica de “progresso” como melhoramento/aperfeiçoamento. Essa perspectiva, contudo, parece ignorar que os novos meios também são empregados para a destruição - na verdade, não se trata exatamente de desconsiderar essa possibilidade, mas de aceita-la sob a justificativa de que estes são os “custos do progresso” (CAPELLA,1993, p. 21-22).

De fato, não é difícil acompanhar as razões de Morin quando o autor afirma que a barbárie tem sido um ingrediente das grandes civilizações que jamais poderá ser suprimido, pois já “[...] não é apenas um elemento que acompanha a civilização, ela é uma de suas partes integrantes. A civilização produz barbárie, e, principalmente, ela produz conquista e dominação” (MORIN, 2009, p. 16-17).

Assim, o progresso, que é palavra-chave para a compreensão da modernidade, a força que move o organismo social tanto na perspectiva institucional quanto pessoal, mostrará debilidade justamente no plano moral, condenando à barbárie a vida pública e permitindo à humanidade tanto a capacidade para o genocídio instantâneo como para um gradual, a pequenas doses, de onde se infere que “o progresso é fundamentalmente uma capacidade material omnidirecional: também na direção da barbárie e do extermínio” (CAPELLA, 1993, p. 23).

Essa concepção de progresso enquanto paradigma moderno se ampara na ideia de que o desenvolvimento humano pode ser capitaneado por um crescimento constante, ignorando não somente a insustentabilidade desse projeto como também a finitude dos recursos naturais. Portanto, a defesa de avanços tecnológicos ou a inserção alegórica do termo sustentabilidade às noções de desenvolvimento são incapazes de impedir a futura estagnação do crescimento ou até mesmo o seu decréscimo (forçado) (CECHIN, 2010, p. 14-15).

Isso indica que as propostas de um desenvolvimento sustentável ainda arraigadas à visão de constância de crescimento e progresso são completamente alienadas, tanto no sentido econômico quanto de recursos terrenos. Ademais, tais visões ignoram a lei de entropia, alegando a possibilidade de uma eficiência produtiva total, no sentido do reaproveitamento de materiais e energia, algo completamente impossível, pois uma parte da energia sempre é perdida (CECHIN, 2010, p. 100), bem como não levar isso em consideração é negar o conflito entre o modo de vida moderno



e a própria sobrevivência da espécie humana em sua relação com o planeta (GEORGESCU-ROEGEN, 2008, p. 62).

Mesmo com essa via nefasta que, à primeira vista, pode ter sido subestimada, o progresso foi rigorosamente planejado, pois não haveria como ser de outro modo já que se tratava de uma expressão da razão, o “dogma” da modernidade que, enaltecido pelo Iluminismo a partir do século XVIII, em especial na Europa, torna-se depositário das esperanças para o então progresso da humanidade.

Não obstante, cabe referir que de acordo com os teóricos da sustentabilidade o caráter infinito tanto dos recursos naturais quanto do progresso/crescimento enquanto bases da modernidade estão atualmente sepultados pela realidade, já que tais desideratos se tornam impossíveis no contexto planetário contemporâneo (BOFF, 2015, p. 42). Ademais, cita-se que a manutenção de ideias como essas, as quais aumentam a desigualdade e obrigam a diversos seres vivos e não vivos a terem uma existência de sofrimento é profundamente antiética (MORIN, 2015, p. 29)

Os modernos imaginavam que a vocação do ser humano é o desenvolvimento, em todas as áreas, e que isso se traduz por um projeto ilimitado. Ora, uma Terra limitada não suporta um projeto ilimitado. Ora, uma Terra limitada não suporta um projeto ilimitado. Ele é ilusório e propiciou uma sistemática pilhagem dos recursos da natureza (a começar pela madeira) pela exploração desapiadada da força de trabalho e pela colonização, por parte das potências europeias, de quase todo o resto do mundo, superexplorando as populações e sequestrando, sem retorno, suas riquezas. Esta lógica produziu dois efeitos perversos: grande acumulação de riqueza de um lado e imensa pobreza do outro, e uma devastação generalizada da natureza. Duas injustiças se conjugaram: a ecológica e a social (BOFF, 2015, p. 70).

Ainda assim, como resultado final, o pensamento iluminista, dissidente de um contexto religioso extremado, ao defender uma razão completamente livre remodela as ideias do providencial, sem, contudo, removê-las. Ocorre, então, que “um tipo de certeza (lei divina) foi substituído por outro (a certeza de nossos sentidos, da observação empírica), e a providência divina foi substituída pelo progresso providencial” (GIDDENS, 1990, p. 48).

Por outro lado, como um segundo elemento adicionado para determinar a ideia de progresso, tem-se a expansão da racionalidade científica a âmbitos da vida



social distintos do setor produtivo, firmando-se a ideia de que a perseguição de fins particulares não é incompatível com a felicidade pública ou o bem geral. Isso é, ainda que por trás dos fins particulares encontre-se o egoísmo privado, o crescimento produtivo é visto como um bem comum. Assim é que se completa a crença da relação direta entre melhoramento social e crescimento econômico que dominará a modernidade (CAPELLA, 1993, p. 21-22).

Ao abordar a racionalidade, Beck a apresenta como a nova fé da modernidade, de maneira que em substituição à religiosidade surge a ideia de racionalidade como resposta possível a todos os problemas enfrentados. Isso aponta para que as alternativas tecnológicas e outros instrumentos sejam adotados para todo e qualquer empecilho ao projeto de desenvolvimento/crescimento da humanidade, e cria um paradoxo “de que aqueles que ignoram os efeitos secundários destrutivos dos triunfos da modernização (a crença no progresso) aceleram, intensificam e universalizam o processo latente de destruição” (BECK, 2017, p. 84).

Não seria demasiado afirmar que a fé na racionalidade, no sentido de que ela seria capaz de controlar todos os fenômenos naturais ao mesmo tempo em que resultaria no progresso constante e absoluto, é tanto uma ilusão quanto uma negação da insustentável realidade produzida, haja vista que o denominador gerado é a insanidade da razão na qual uma massa gigantesca de seres humanos enfrenta a sua existência com poucas ou nenhuma condição socioeconômica (e ambiental), enquanto uma minoria desfruta de todas as benesses possíveis da modernidade (BOFF, 2016, p. 157 – 158).

Mas como o ocidente deixou-se seduzir arrasadoramente por uma promessa tão abstrata? Wallerstein sinaliza que “[...] a proclamação das virtudes da racionalidade constituiu uma expressão do seu otimismo e serviu para alimentar o otimismo de todos”. Alicerçada na fé quanto à possibilidade de melhoramento social – note-se, desatrelado do aspecto moral do indivíduo, pelo que se pagou um alto preço –, a modernidade achou-se obstaculizada por seu caráter resolutamente temporal: o que quer que fosse prometido não poderia tardar a confirmar-se – e até hoje não se confirmou. Sua busca era notadamente materialista, o melhoramento preanunciado era basicamente econômico; mesmo as premissas abrigadas no conceito de liberdade



traduziam-se, ao final, em benefícios materiais. Além disso, a despeito da centralidade do indivíduo no mundo moderno, uma acentuada dimensão coletivista penetrou-lhe o cerne, pois “[...] produziu a primeira geocultura genuinamente coletivista da história, no sentido de que produziu a primeira visão social igualitária genuinamente cotidiana”. Eram apenas promessas que não alcançaram realidade, mas os confortos materiais não seriam para poucos, seriam para todos e, portanto, iguais – “todas as filosofias anteriores presumiam a inevitabilidade das hierarquias e, por isto, rejeitavam o coletivismo secular”. Ambas as premissas, uma de cunho materialista e a outra coletivista, examinadas conjuntamente, decifram alguns dos dilemas que afligem o atual sistema histórico – a economia-mundo capitalista – e explicam algumas das mágoas hodiernas para com o conceito de racionalidade. O capitalismo que se instala na modernidade encerra também a grande contradição das suas promessas (de índole materialista e coletivista), posto que absolutamente incompatíveis com a acumulação incessante de capital, razão de ser daquele sistema: “o capitalismo representa a recompensa material para alguns, mas para que isto possa acontecer, nunca pode haver recompensa material para todos” (WALLERSTEIN, 2002, p. 173-175).

Não é novidade que a trajetória do capitalismo se mistura com o processo histórico de conformação e consolidação da modernidade e, assim, também, do próprio Estado. Divergências quanto à época e à intensidade dessa conexão não a invalidam, até mesmo porque tanto a passagem da Idade Média para a modernidade quanto a transição do modo de produção feudal ao modo capitalista não ocorrem de maneira uniforme no espaço e no tempo. Há, necessariamente, um período de transição¹.

Reconhecendo as dificuldades de periodizar o transcurso histórico desse desenvolvimento, bem como os possíveis riscos de minimizá-lo – para os efeitos deste trabalho já calculados e concluindo-se não representar qualquer prejuízo à análise –,

¹ Pontualmente acerca do referido processo/período de transição, remete-se à leitura, em especial, do Capítulo V, *La transición del feudalismo al capitalismo: el Estado Moderno* (MARTÍN, 1988, p. 295): “Así pues el denominado habitualmente Estado moderno puede definirse como la nueva organización política que surge en Europa en la transición del feudalismo al capitalismo y que se caracteriza por la centralización política, la unificación territorial y el fortalecimiento del poder.”



é possível distinguir-lhe três grandes períodos. O primeiro período foi do *capitalismo liberal*, ao longo do século XIX; o segundo, que se pode chamar de *capitalismo organizado*, parte do final do século XIX, atinge seu pleno desenvolvimento no período entre as grandes guerras e perdura até as primeiras décadas após o término do segundo conflito. Finalmente, o capitalismo dos dias de hoje, de origens não tão bem definidas devido à dissimetria temporal com que atingiu diferentes países, mas sem dúvida chegando à maturidade em algum ponto do século XX. Será chamado por alguns de *capitalismo financeiro*, por outros de *capitalismo monopolista*, por Boaventura de *capitalismo desorganizado*. De acordo com o sociólogo português, cada uma dessas fases define uma trajetória específica do projeto sociocultural da modernidade: “o primeiro período tornou claro no plano social e político que o projeto da modernidade era demasiado ambicioso e internamente contraditório e que, por isso, o excesso das promessas se saldaria historicamente num déficit talvez irreparável”; apesar das tentativas no segundo período de cumprirem-se tais promessas, quanto a algumas o fazendo, inclusive, em excesso, o resultado foram novas contradições; até que, no terceiro período, o que se experimenta atualmente, todo esse déficit e as consequências das falidas promessas são sentidos, apresentando-se muito maior de que se julgava e, de fato, irreparável (SANTOS, 2013, p. 102-103).

Desmitifica-se, a partir disso, a ideia de progresso, à qual estavam ligados falsos predicados daquilo que o capitalismo não foi capaz de fazer. Como costuma acontecer, a noção de progresso está associada a um “andar para frente”. No entanto, essa imagem que constituiu a base e a identidade do discurso moderno por muito tempo “mediu” esses passos pela quantificação de índices econômicos, desconsiderando índices de desenvolvimento humano (BITTAR, 2014, p. 73) – e com isso não se quer dizer que hoje seja diferente, pois ainda existe uma preocupação e um apreço muito grandes com indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, mas que, todavia, passa a ser confrontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pela primeira vez em 1990.

A razão instrumental predominante da modernidade “converteu a natureza em objeto da volúpia do progresso e do incremento do poder [...]”, favorecendo e



orientando a planificação capitalista à expansão global, que funda ilusões de vida que se esgotam em consumo (WARAT, 2004, p. 373) e posse, assim impondo uma atmosfera cadavérica ao mundo, convertido em praça de convergência das múltiplas forças do capital, este cuja vitória é apenas aparente, pois sua sobrevivência futura também se vê ameaçada pela escassez de recursos (BITTAR, 2014, p. 74).

Vinculados aos objetos de consumo, os indivíduos determinam a sua ausência mútua uns dos outros e, assim, vai se conformando um cenário no qual os próprios objetos de amor acabam sendo substituídos pelos objetos de consumo, cuja prática absorve de tal modo o estilo de vida contemporâneo que “estamos muito perto de chegar a um ponto no qual o consumo pode tomar toda a vida, em que todas as atividades quotidianas resultem invadidas, climatizadas por vínculos articulados de objetos, totalitariamente homogeneizados pela milagrosa mentalidade de consumo” (WARAT, 2004, p. 373)

Os efeitos desse processo de profundas mudanças não se limitam ao capitalismo, atravessam todas as instâncias da vida. O futuro mais provável ameaça a realidade socialmente construída na modernidade. "Como consequência (sic) da decadência das ideologias tradicionais, dos sistemas de valores a elas relacionados e do modelo de conhecer e participar do mundo [...]" as pessoas viram-se rebaixadas no significado de suas vidas. Ouve-se "o sinal de alerta contra uma 'euforia de mercado' que estremece o mundo [...]: o homem dos vínculos desgarrados, magnetizado pelo vazio significativo de seus corpos sem qualidades, condenados aos seus próprios impulsos autodestrutivos". Vive-se a iminência pressentida de uma catástrofe² global dos modos de existência, a catástrofe das formas de civilização, desequilíbrios ambientais que colocam em risco a continuidade da vida. Parece não haver ponto de apoio, pois se deterioram progressivamente as relações individuais e coletivas em meio a comportamentos motivados unicamente pela vaidade que só

² Apenas em adendo aos termos adotados, existe a preocupação em situar o contexto atual da modernidade como de risco e não de catástrofe, pois em tese ao seguir a primeira acepção se tentaria a metamorfose social necessária à superação dos problemas enfrentados, enquanto na segunda simplesmente se sucumbe às dificuldades por ser considerado “tarde demais” para recuperar os erros cometidos (BECK, 2017, p. 89).



fazem ampliar o vazio de uma cultura que vê desaparecer, junto a diversas espécies animais e vegetais, a solidariedade (WARAT, 2004, p. 371-372).

Existem diferentes sugestões e apostas para reverter essa crise, seja vencendo-a ou tornando-a suportável. Uma das tentativas, voltada ao “resgate” da modernidade, tem em Habermas um de seus mais empenhados teorizadores. Para o filósofo alemão a modernidade é um projeto inacabado³. Não que isso baste para justificar alguma condescendência, tendo em vista que, de alguma forma, “todos os projetos históricos são inacabados e tanto mais o projeto da razão do iluminismo”. A cultura ocidental é repleta desses projetos que têm como imperativo constante serem retomados por herdeiros que em vão procuram concluí-los (STEIN, 2001. p. 11).

Nesse sentido, destacam-se projetos mais alinhados aos ideais da sustentabilidade social e que buscam superar os paradigmas da modernidade ao invés de tentar a todo custo ressignificá-los, tal como ocorre na proposição de metamorfose por uma nova via de Morin, onde o autor apresenta que seria necessário projetar uma dupla política de atuação, “uma política da humanidade e a de uma política da civilização. Ela se empenharia em pensar de modo permanente e simultâneo o planetário, o continental, o nacional e o local” (MORIN, 2015, p. 56).

Pelas posições e preocupações externadas pelos diferentes autores é inegável que a modernidade expressa um projeto do qual derivaram muitas promessas: de um lado, “o domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais”; de outro, “o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos de pensamento prometia a libertação das irracionalidades”, fossem do mito, da religião, da superstição, do uso arbitrário do poder ou mesmo do lado sombrio da natureza humana (HARVEY, 1990, p. 12).

No entanto, sequer é demandado muito esforço para demonstrar o abismo que se abriu entre as promessas da razão moderna e o que ela realmente conseguiu

³ Sobre essa proposta, em especial, remete-se ao texto “Modernidade - um projeto inacabado” (HABERMAS, 1992, p. 99-123). Também importante a anotação de que a obra “El discurso filosófico de la modernidad”, do mesmo autor, é dedicada, conforme anuncia a sua abertura, justamente à reconstrução passo a passo do discurso filosófico da modernidade, informação que se segue imediatamente à referência à modernidade como uma projeto inacabado (HABERMAS, 1989, p. 9).



realizar. Aliás, não se trata apenas de irrealização, mas também de um “fazer” excessivo que desencadeou eventos inimagináveis e deixou sequelas tão devastadoras que a própria irracionalidade talvez não alcançasse - como a Segunda Guerra Mundial⁴, para citar apenas um primeiro exemplo.

No tempo presente, o que resta dessas promessas de prosperidade? Caminha-se para que a desigualdade volte a ser a norma no século XXI, à semelhança do que se passava no final do século XIX e às vésperas da Primeira Guerra Mundial – as guerras do século XX serviram apenas de tábula rasa ao reduzir bruscamente o retorno do capital, criando a ilusão de uma superação estrutural dessa contradição fundamental do capitalismo, lembrando que, se ultrapassada a taxa de crescimento da produção e da renda pela taxa de remuneração do capital, “como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis [...]”(PIKETTY, 2014, p. 9; p. 556), tal como se pretende aprofundar no item seguinte.

Em um mundo habitado por sete bilhões de pessoas, com capacidade de produzir alimento suficiente para todos, um bilhão de pessoas passam fome ou estão subnutridas, por *razões* econômicas e políticas; enquanto os alimentos tornam-se objeto de especulação (ou desperdício), a fome se torna uma ameaça à estabilidade política global⁵.

Assim é que a promessa de progresso se transforma no mito do progresso, em uma ideia de aperfeiçoamento gradual cujo sujeito seria a própria humanidade, sendo desse estado de crise, contradições e promessas irrealizadas que se intensifica

⁴ Os eventos catastróficos da Segunda Guerra Mundial como expressão da racionalidade moderna podem ser melhor elucidados com a descrição de Bauman. O autor reforça esse argumento com a demonstração de que a opção pelo extermínio de judeus “não foi concebida na visão singular de um monstro alucinado” e sim a partir de cálculos puramente racionais. Uma vez estabelecido o objetivo, a Alemanha livre de judeus, a emigração foi a primeira tentativa de solução prática para alcançar-se a meta de Hitler. Com a ampliação do domínio alemão essa alternativa foi perdendo fôlego. Cogitou-se, então, enviar os judeus a Madagascar, à época colônia da França, a essa altura derrotada, mas a enorme distância, o volume de espaço que seria necessário em navios e a presença naval britânica em alto mar motivaram o arquivamento do projeto que já se arquitetava há pelo menos um ano. Evidentemente que muitos outros fatores estiveram envolvidos nessa decisão cujo resultado é conhecido de todos: a meta de ver-se livre dos judeus acabou encontrando como meio mais efetivo de realização o extermínio físico. Definido isso, o restante resumiu-se à burocracia estatal, planejamento, orçamentos e projeção da tecnologia e dos equipamentos mais adequados (1998. p. 35-37).

⁵ Conforme noticiado por SCHAEFFER, 2014.



a crítica da modernidade e, seja como se queira chamar esse tempo atual - essa definição, por si só, não diz respeito à busca da presente pesquisa -, fato é que dessa combinação de fatores tem resultado uma crescente desigualdade social, de proporções que têm excedido em muito o que antes já era difícil de ser controlado internamente, em escala local. A desigualdade social é hoje um problema global e, desse modo, portanto, precisa ser enfrentada, já que o único progresso verdadeiramente possível e sustentável precisará, necessariamente, ser compartilhado.

3 DESIGUALDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UM PROBLEMA DO MUNDO

Cada época histórica elege os mitos que ditarão seus rumos. No caso da modernidade, a noção de razão cria a ciência e a transforma em técnica de dominação da natureza, de modo a alimentar um segundo mito, a ideia de um progresso ilimitado (BOFF, 2016, p. 157-158). Analisada de modo mais atento e crítico, a grande promessa moderna de progresso, conforme visto, revela-se não apenas como “não realizada”, mas como “irrealizável”. Isso significa que o fracasso do audacioso projeto é devido antes a uma grave falha estrutural do que um mero erro de percurso.

Passados séculos de exaltação desse pressuposto, o que resta é a expressão da sua loucura, cujos efeitos colaterais danosos começam a ser sentidos. A insanidade da razão produtivista e consumista gerou, por exemplo, o aquecimento global, responsável por desequilíbrios ambientais visíveis e pela dizimação de milhares de espécies, inclusive a humana (BOFF, 2016, p. 158).

Por outro lado, é fato que o desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas produziu enormes ganhos de produtividade do trabalho, sobretudo em comparação com séculos anteriores. Contudo, o componente “globalização neoliberal” adicionado à fórmula moderna de progresso não se preocupou em distribuir a riqueza produzida, acentuando a desigualdade e condenando à extrema pobreza milhões de pessoas (NUNES, 2012, p. 83).



Paradoxalmente, então, o legado da modernidade compreende níveis assustadores de desigualdade, em relação aos quais parece existir uma certa forma de tolerância implícita. Não que sejam desconhecidas as imensas disparidades de remuneração em todo o mundo, por exemplo, mas, ao mesmo tempo em que nunca se falou tanto sobre essas desigualdades, é como se nunca tão pouco tenha sido feito para que esse impacto fosse amenizado. Junto a um sentimento generalizado de que as desigualdades atuais são profundas e até mesmo insustentáveis coexiste uma aceitação implícita quanto as suas múltiplas expressões específicas e, o que é ainda mais grave, uma resistência na implementação de medidas corretivas concretas (ROSANVALLON, 2012, p. 15).

Uma possível explicação para tal cenário, de acordo com Capella, é que “estamos conectados com as pessoas que sofrem com o que chamamos de *nosso modo de vida*”. Se, por um lado, a globalização e o avanço da tecnologia comunicacional permitem informar-se sobre a existência de crianças que morrem de fome em alguma parte do mundo, da pobreza e miséria de tantos, de conflitos armados em lugares distantes, por outro, não deixa esconder a relação objetiva com que estão comunicadas mesmo as pessoas que não vivem esses problemas diretamente (seja porque usam o que aqueles miseráveis fabricaram ou por produzir as armas que lhe ameaçam, entre tantos outros casos). Isso põe os indivíduos em uma situação "esquizofrênica", divididos internamente, sustentando éticas humanitárias enquanto atuam de modo dionisíaco, excessivo, sem reconhecer que aquilo que chamam de "*modo de vida*" não pode ser generalizado a toda a humanidade (CAPELLA, 1993, p. 40-41).

É o retrato do paradoxo trabalhado por Rosanvallon, que identifica um tipo de sociedade na qual coexiste um rechaço global de sua própria forma e, simultaneamente, uma aceitação dos mecanismos que a produzem. Condenam-se as desigualdades de fato enquanto são legitimados, implicitamente, os mecanismos condicionantes dessa desigualdade. Em síntese, o *paradoxo de Bossuet*, por força do qual "os homens se lamentam em geral daquilo que aceitam em particular" (ROSANVALLON, 2012, p. 16).



Colocada desse modo generalizado, a situação parece indicar que existe, efetivamente, um certo número de pessoas suportando o peso dessa desigualdade, mas, por outro lado, um outro grupo mais ou menos equivalente conduzindo a sua invisibilização ou mesmo a sua conformação, quando, na verdade, a desproporção entre esses dois grupos é assustadora e crescente.

A ideia popularmente difundida de que os ricos estão a ficar cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais miseráveis nunca foi tão esmagadoramente verdadeira quanto nos dias de hoje. No ano de 2017, um novo bilionário surgiu a cada dois dias, registrando-se, assim, o maior aumento da história com relação a este dado. Segundo o relatório de 2018, existiam 2.043 bilionários em todo o mundo, cuja riqueza tem se expandido tão significativamente que seria suficiente, por exemplo, para acabar com a pobreza extrema por mais de sete vezes (em doze meses, a riqueza desse grupo aumentou 762 bilhões de dólares). Aliás, de toda a riqueza que foi produzida no planeta em 2017, 82% ficou concentrada nas mãos de 1% da população, enquanto os 50% mais pobres ficaram com nada (OXFAM, 2018).

Esses resultados foram expandidos, conforme demonstra o mais recente relatório lançado em 2020, no qual o número de bilionários aumentou para 2.153, sendo que esse grupo detém mais riqueza do que 60% da população mundial (equivalente a 4,6 bilhões de pessoas) (OXFAM, 2020).

Pode ser muito difícil compreender o que um número como um bilhão realmente representa, sobretudo porque são valores muito distantes da experiência habitual da esmagadora maioria das pessoas. Para auxiliar essa assimilação, o exemplo de Milanovic é extremamente didático - ao mesmo tempo que impactante: imagine que uma fada madrinha lhe dê um dólar a cada segundo; em 11,4 dias você teria acumulado “apenas” um milhão de dólares, pois para alcançar um bilhão de dólares, com um dólar por segundo, seriam necessários 32 anos. Colocando o exemplo na perspectiva do consumidor, suponha que você herdou um milhão de dólares num primeiro cenário, tendo herdado um bilhão de dólares num segundo cenário. Se você gastar mil dólares por dia com a primeira herança, demoraria menos de três anos para ficar sem dinheiro; agora, no segundo caso, herdando um bilhão de



dólares e gastando mil dólares por dia, você precisaria mais de 2700 anos para gastar tudo (MILANOVIC, 2017, p. 53).

Muito mais do que exemplificativa, contudo, essa desigualdade é real, podendo ser expressa em números exatos tão chocantes quanto a ilustração. Enquanto as previsões do Banco Mundial são de crescimento econômico - estima-se que em 2018 a economia mundial operará com capacidade total, gerando um crescimento de 3,1% (ONU, 2018a) -, as projeções com relação à pobreza e à fome não são otimistas. Só em 2017, quando as taxas de crescimento também foram positivas, desastres climáticos e conflitos fizeram aumentar os níveis de fome, que alcançaram cerca de 124 milhões de pessoas em 51 países - esse número representa um acréscimo de 11 milhões em relação ao ano anterior (ONU, 2018b).

Essa defasagem acelerada entre países ricos e pobres e entre os povos está associada ao fenômeno da globalização, que “ao determinar a localização e a distribuição da riqueza e da capacidade produtiva da economia mundial [...], define e reformula os padrões globais de hierarquia e desigualdade”. Considerando que essas desigualdades condicionam as oportunidades de vida de indivíduos em todo o globo, essa afirmação traz sérias implicações para a segurança humana e para a própria ordem mundial, já que não é difícil visualizar a instabilidade desse contexto (HELD; MCGREW, 2001, p. 69).

O fato é que os ganhos da globalização não estão distribuídos de modo igual e o mundo atual é um mundo em que a localização tem influência decisiva sobre os rendimentos que uma pessoa terá ao longo da vida. É o que se pode designar como “prêmio de cidadania”, concedido aos que nascem nos países “certos”, e “penalização de cidadania”, para os que nascem nos países “errados”, tendo em vista que simplesmente pelo local de nascimento podem ser definidos até 2/3 dos rendimentos individuais de uma pessoa durante toda a sua existência (MILANOVIC, 2017, p. 140).

Uma das formas mais utilizadas para medir os níveis de desigualdade resulta da aplicação do índice Gini, que estabelece uma escala de 0 a 1, sendo 0 a situação de total igualdade e 1 a situação de completa desigualdade (em que todos os rendimentos se concentram na pessoa que ocupa a posição mais alta da pirâmide social). Nas sociedades mais equitativas, como Suécia, Noruega e Alemanha, o



coeficiente de Gini é de no máximo 0,3. Nas sociedades com maior desigualdade, por sua vez, o índice supera 0,5, como ocorre em alguns países africanos (em especial África do Sul, onde o histórico de desigualdade racial ainda agrava o quadro) e latino-americanos (STIGLITZ, 2016, p. 83).

Além disso, outra anotação importante de caráter conceitual precisa ser destacada, pois existem três concepções de desigualdade mundial que devem ser claramente diferenciadas. Um primeiro conceito é o de *desigualdade internacional não ponderada*, que toma os próprios países como unidade de observação, utilizando seu PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* como parâmetro, mas desconsiderando sua população, cuja comparação coloca os indivíduos como representativos de todos os países. Assim, esse indicador avalia as desigualdades entre países, sendo “não ponderado” porque atribui a cada um o mesmo peso. Não se trata, portanto, de um indicador da desigualdade entre os cidadãos do mundo. De outro lado, há a *desigualdade internacional ponderada*, em que se assume “que cada pessoa do país recebe os mesmos rendimentos, mas onde o número de indivíduos representativos de cada país reflete o tamanho de sua população”. Neste caso, segue sendo avaliada a desigualdade internacional, que ao pressupor que a distribuição dos rendimentos individuais é completamente “equitativa” dentro dos países, acaba comparando, efetivamente, a desigualdade entre nações. Por fim, o terceiro conceito seria o da *desigualdade mundial*, cuja unidade de análise é o próprio indivíduo, ignorando-se as fronteiras nacionais. Ainda que todas essas definições desempenhem um papel importante, é o terceiro indicador o mais difícil de ser calculado, porém o que permitirá avaliar a “verdadeira desigualdade mundial” (MILANOVIC, 2005, p. 23-27).

Reunindo-se, então, esses dois elementos, o índice de Gini e a medida global da desigualdade, é possível dizer que o mundo é o lugar mais desigual do mundo, isso é, a desigualdade global atinge níveis mais elevados do que qualquer país individualmente considerado, por mais desigual que o seja.

Conforme os cálculos realizados pelo economista Milanovic, o coeficiente de Gini em escala global atinge 0,7 pontos, superando qualquer país do mundo, inclusive os paradigmáticos em desigualdade, como a África do Sul ou mesmo o Brasil, que registram valores em torno de 0,5 ou 0,6. Esse patamar é alcançado, esclarece o



autor, “quando os rendimentos individuais das pessoas que vivem nos países mais pobres são ajustados aos níveis de preços mais baixos com que estas lidam”. Se ao invés disso o índice for calculado a partir dos rendimentos em dólares atuais, a desigualdade se expressará em ainda maior escala, pois o índice de Gini chegará a 0,8 (MILANOVIC, 2012, p.145) - lembrando que 1 representa um quadro de absoluta desigualdade e máxima concentração de renda.

Assim, a enorme disparidade entre os países acentua o impacto que o local de nascimento tem sobre os rendimentos médios das pessoas - especialmente tendo presente que cerca de 97% da população mundial reside no local onde nasceu. É preciso reconhecer que tanto o “prêmio de cidadania” quanto a “penalização de cidadania” consistem, portanto, em “uma ‘circunstância exógena’ [...], independente do esforço individual de uma pessoa ou da sua sorte esporádica (ou seja, não relacionada com o nascimento)”. Essa renda de cidadania pode ser medida e seu cálculo confirma que grande parte dos rendimentos está condicionada tão somente ao local em que se vive: “simplesmente por nascer nos EUA em vez de no Congo, uma pessoa multiplicaria os seus rendimentos em 93 vezes” (MILANOVIC, 2017, p. 141-142).

Esses dados vão ter um reflexo enorme sobre a questão das migrações, já que uma pessoa que nasceu em um país pobre tem a chance de duplicar, triplicar ou mesmo decuplicar seus rendimentos reais por meio da mudança para um país rico (MILANOVIC, 2017, p. 143), mas esse é um complexo efeito da desigualdade que se pretende aprofundar adiante, deixando-o aqui apenas para registro.

Como forma de “justificar” economicamente esse cenário de desigualdades, é recorrente o argumento de que o acúmulo de riqueza é fruto do talento, do trabalho ou inovação de determinadas pessoas e que, de certa forma, suas atividades revertem em benefício de toda a sociedade. Ocorre, porém, “que os níveis de desigualdade extrema registrados atualmente excedem em muito o que pode ser justificado por talento, esforço ou disposição para assumir riscos”, havendo demonstrativos bastante sólidos que afastam essa correlação entre riqueza como recompensa pelo trabalho. Na verdade, a maior parte das fortunas individuais são devidas a heranças, monopólios ou relações clientelistas com governos. Apenas as heranças respondem



por aproximadamente um terço das fortunas bilionárias e, “nos próximos 20 anos, 500 pessoas mais ricas do mundo deixarão US\$ 2,4 trilhões para os seus herdeiros - uma soma maior do que o PIB da Índia, país com 1,3 bilhão de habitantes” (OXFAM, 2018, p. 9).

Investigando as dinâmicas que movimentam o acúmulo e a distribuição do capital, Piketty traz significativas contribuições para esse debate e, em obra que se tornou referência entre economistas, apresenta a seguinte situação:

Entre 1990 e 2010, a fortuna de Bill Gates - fundador da Microsoft, líder mundial em sistemas operacionais, símbolo de fortuna feita por meio do empreendedorismo e número um da lista da *Forbes* por mais de dez anos - passou de 4 bilhões para 50 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, a de Liliane Bettencourt - herdeira da L'Oréal, líder mundial de cosméticos fundada por seu pai, Eugène Schueller, genial inventor de tinturas para cabelo em 1907, assim como César Birotteau com seus perfumes um século antes - passou de 2 bilhões para 25 bilhões de dólares, segundo a *Forbes*. Os dois casos correspondem a uma progressão anual média de mais de 13% ao ano entre 1990 e 2010, ou seja, um rendimento real de 10-11% ao ano se descontada a inflação. Em outras palavras, Liliane Bettencourt nunca trabalhou, mas isso não impediu que sua fortuna crescesse tão rápido quanto a de Bill Gates, o inventor, cujo patrimônio continua a crescer com a mesma velocidade de sempre após ele ter cessado suas atividades profissionais (PIKETTY, 2014, p. 429).

Em semelhante sentido, Stiglitz avalia que no cenário norte-americano os “criadores” raramente figuram nos pontos mais altos de distribuição de riqueza. Basta observar que Alan Turing, responsável pela criação das bases matemáticas que viabilizaram o computador moderno, ou Einstein, ou Watson e Crick, que deslindaram a estrutura do DNA sobre a qual se assenta grande parte da medicina moderna, entre tantos outros gênios que promoveram imensuráveis avanços na tecnologia e na medicina, nenhum deles está entre as pessoas mais recompensadas pelo sistema econômico vigente (STIGLITZ, 2016, p. 103).

Esses são apenas alguns exemplos que retratam o tipo de sociedade que predomina hodiernamente e, sobretudo, o que o seu sistema econômico recompensa. É flagrantemente desproporcional o modo de remuneração do capital em relação ao trabalho e as condições em que isso se efetiva. Considerando que os números de diversos estudos e relatórios comprovam o alargamento da distância entre ricos e



pobres e, com efeito, o agravamento dessa desproporção, tem-se um modelo socioeconômico dando claros sinais de esgotamento, mostrando-se insustentável numa perspectiva global e de longo prazo.

Analisados os êxitos daqueles que hoje ocupam o privilegiado topo da distribuição da riqueza, constata-se que boa parte disso é devido não exatamente à criação/produção, mas à invenção de melhores formas de explorar o poder de mercado e as suas imperfeições, encontrando maneiras de garantir que a política trabalhe para eles e não para o restante da sociedade em geral. Além das heranças, portanto, o enriquecimento se dá por meio das chamadas práticas de *rent-seeking* (as quais podem ser definidas como “formas através das quais o atual processo político ajuda os ricos as expensas do resto da sociedade”), que assume diversas faces, como “transferências e subvenções ocultas e públicas por parte do Estado, leis que tornam o mercado menos competitivo, aplicação negligente de leis da concorrência existentes, e estatutos que permitem às grandes empresas tirarem vantagem dos outros”, por vezes, inclusive, repassando esses custos para a coletividade (STIGLITZ, 2016, p. 101-104). Isso sinaliza que os Estados desempenham papéis importantes para a conformação desse cenário.

A questão que precisa ser debatida e superada é essa caricatura mal formulada da correlação justa e direta entre merecimento e fortuna. É evidente que invenções e inovações são extremamente importantes, entretanto, não se pode permitir que o argumento empreendedor justifique imensas desigualdades patrimoniais sem nenhuma preocupação. Por mais justificáveis que sejam de início, “as fortunas se multiplicam e se perpetuam sem limites e além de qualquer justificção racional possível em termos de utilidade social”. Ou seja, a riqueza gera por si só mais riqueza e, assim, os empreendedores tendem a se transformar em rentistas⁶ (PIKETTY, 2014, p. 432-433).

Além desse fato, então, de que alcançado certo ponto a riqueza tende a multiplicar-se por si própria, existem outros ingredientes que facilitam esse

⁶ Lembrando que “o termo <<renda>> foi originalmente usado para descrever os retornos de uma propriedade, uma vez que o proprietário recebe estes pagamentos em virtude da sua posse e não por causa do que *produz*” (STIGLITZ, 2016, p. 101).



crescimento, como a capacidade de resistência do 1% mais rico sobre quaisquer tentativas de alterar as engrenagens que movimentam o sistema econômico em sentido que não lhes favoreça e, ainda, a atuação estatal sobre esses mecanismos, o que, de certo modo, permite afirmar que a desigualdade é, também, uma opção política.

Não é incomum que se procure identificar a globalização neoliberal como consequência automática e inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso é imprescindível sublinhar que se trata de um projeto político, de uma escolha guiada de forma consciente pelos grandes senhores do mundo, os quais, ancorados nos dogmas do neoliberalismo, respondem pela instauração de uma verdadeira ditadura do capital financeiro (NUNES, 2012, p. 184). O que se quer destacar é que, tratando-se, pois, de um processo político conduzido de modo específico a serviço de interesses privados, é possível que seja movido em uma outra direção.

Nesse sentido, a ideia de que a atuação dos Estados interfere sobre as dinâmicas que sustentam um sistema econômico desigual parte de uma lógica bastante simples: ao passo que as forças de mercado ajudam a moldar os níveis de desigualdade, são as políticas governamentais que moldam essas forças de mercado. De tal modo, parte da “desigualdade atual resulta de políticas governamentais, tanto as que o Governo aplica como as que se abstêm de aplicar. O Estado tem o poder de movimentar dinheiro do topo para a base e para o meio, e vice-versa” (STIGLITZ, 2016, p. 89).

Existem diversas maneiras pelas quais os Estados podem atuar sobre a dinâmica econômica permitindo e fomentando o acúmulo desmedido de riquezas. Os monopólios são um exemplo, ao proporcionarem “retornos excessivos aos proprietários e acionistas à custa do restante da economia”. É o caso da fortuna de Carlos Slim, um dos homens mais ricos do mundo cujos enormes ganhos derivam de um monopólio quase completo estabelecido com os serviços de comunicações no México (monopólio que, aliás, não teve efeitos positivos para os consumidores e para a economia em geral, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) (OXFAM, 2018, p. 9).



Ao lado do controle de monopólios, os compadrios e pressões de interesses privados manipulando políticas no intuito de consolida-los e multiplica-los, “acordos de privatizações, recursos naturais concedidos por valores muito abaixo do que seria justo, corrupção nas compras e contratos públicos ou isenções fiscais e brechas jurídicas” também revelam meios pelos quais se estreitam as relações entre interesses privados com o poder público em benefício do enriquecimento particular que se dá à custa de toda a sociedade (OXFAM, 2018, p. 9).

Por outro lado, a omissão estatal na implementação de determinadas medidas é tão danosa quanto essas práticas para a intensificação das desigualdades. A regulamentação de um imposto progressivo anual sobre as maiores fortunas mundiais, por exemplo, “seria o único modo de permitir um controle democrático desse processo potencialmente perigoso, ao mesmo tempo que se preserva o dinamismo empreendedor e a abertura econômica internacional” (PIKETTY, 2014, p. 433). No Brasil, o imposto sobre grandes fortunas está previsto na Constituição Federal (artigo 153, inciso VII) desde 1988, sem nunca ter sido regulamentado.

Há diversas estratégias que poderiam ser adotadas pelos Estados a fim de alterar a dinâmica do acúmulo desproporcional da riqueza, sendo algumas bastante óbvias, inclusive, como taxar as heranças. Outro caminho seria prover ensino público de qualidade e gratuito, já que “a desigualdade é determinada não só por quanto o mercado paga a um trabalhador qualificado relativamente a um não-qualificado, mas também pelo nível das qualificações que o indivíduo adquiriu”. Isso se dá porque “boas escolas públicas e impostos elevados sobre heranças podem aumentar a igualdade de oportunidades” (STIGLITZ, 2016, p. 91-93).

Considerando os rumos do novo capitalismo, que tende a acentuar a contradição entre trabalho e capital e corroborar a desigualdade, “o êxito irá depender do acaso de se ter nascido em «boas famílias» e ter sorte na vida, mais do que acontecia no século passado [...]” (MILANOVIC, 2017, p. 225) e, em tal contexto, as medidas anteriormente referidas podem fazer toda a diferença.

Pode-se comparar esse novo capitalismo a um grande cassino, com uma característica bastante singular: os que vencerem em algumas rodadas (como nascendo no país ou na família “certos”) serão agraciados como muito mais



probabilidades de vencer as próximas, ao passo que o inverso é igualmente verdadeiro, os que perderem algumas dessas rodadas verão suas chances de sucesso subsequente tornarem-se cada vez mais improváveis. Trata-se de um círculo vicioso no sentido de que, para se ter um bom e bem remunerado emprego é preciso frequentar a melhor universidade; para isso, deve-se estudar nas melhores escolas; e, desse modo, “o percurso de uma criança já está determinado aos cinco anos, desde que os pais tenham conhecimento, clarividência e, de facto (sic), dinheiro suficientes”. Como não é difícil supor, raríssimos “pais pobres ou com menos habilitações académicas (sic) terão os recursos ou o conhecimento para fazer estas escolhas numa fase tão precoce”, enquanto os filhos de pais ricos ingressam num percurso de sucesso desde o início (vindo a desvirtuar-se excepcionalmente, em caso de desinteresse ou problemas graves de aprendizado ou comportamento) (MILANOVIC, 2017, p. 225).

Esse ciclo é complementado pela já mencionada capacidade de resistência dos mais ricos na implementação de medidas que visem reverter esse quadro, razão pela qual as desigualdades seguem aumentando sem contrapartida, sem que algo substancial seja feito para atenuar os seus impactos. Há um padrão que tem sido suficientemente registrado e documentado em confirmação dessa lógica perversa: “as sociedades mais igualitárias trabalham mais para preservar a coesão social; nas sociedades mais desiguais, as políticas governamentais e outras instituições tendem a alimentar a persistência da desigualdade” (STIGLITZ, 2016, p. 145).

É possível verificar que a própria engrenagem institucional forjada à volta do Estado-nação, sobretudo no que diz respeito à ideia de soberania, tem sido crescentemente ameaçada pelos processos complexos deflagrados pela globalização e pelo recrudescimento do poder econômico. Nesse novo contexto socioeconômico, conquanto continuem a exercer soberanamente autoridade nos limites de seus territórios (em termos *formais*), muitos Estados “já não mais conseguem estabelecer e realizar seus objetivos exclusivamente por si e para si próprios”, descobrindo-se *materialmente* limitados em sua autonomia decisória. Tomando de exemplo uma manifestação básica do exercício do poder estatal, como a tributação, “numa situação extrema, os Estados chegam ao ponto de não mais conseguirem estabelecer os



tributos a serem aplicados sobre a riqueza – esta é que, transnacionalizando-se, passa a escolher onde pagá-los” (FARIA, 2004, p. 23-24).

Sem a globalização, até seria razoável supor que os mais ricos seriam os primeiros a exigir o respeito pelo Estado de Direito, justamente pela necessidade de proteção dos direitos de propriedade. Com a globalização, porém, não se faz necessário lutar pela preservação desses direitos e garantias em um país específico, tendo em vista uma estratégia muito mais simples, como pegar todo o dinheiro e levá-lo a outro país, no qual não se vai questionar a sua origem e no qual o Estado de Direito já exista (MILANOVIC, 2017, p 147).

Aliás, usando uma rede global dos chamados paraísos fiscais, “os super-ricos estão escondendo pelo menos US\$ 7,6 trilhões das autoridades fiscais”, sonegando, por essa via, cerca de US\$ 200 bilhões em impostos. Os países em desenvolvimento, que mais precisariam desses recursos, “estão perdendo pelo menos US\$ 170 bilhões por ano em impostos não pagos por empresas e super-ricos” (OXFAM, 2018, p. 9).

Com efeito, reunindo todos os dados e elementos desenvolvidos até o momento, resta suficientemente demonstrado o verdadeiro abismo social que os assustadores níveis de desigualdade global estão consolidando. Em um mundo globalizado, em que os problemas mais graves e sensíveis ultrapassam sem cerimônia as fronteiras, ignorar esse fato ou insistir no tratamento doméstico da questão só tende a ampliar o problema e, conseqüentemente, obstaculizar as alternativas para solução.

Existem muitas respostas à legítima pergunta que se faz sobre por que se importar com a desigualdade? Do ponto de vista econômico, por exemplo, existe um consenso cada vez maior de que a desigualdade pode desacelerar o crescimento, assim como pode gerar instabilidades políticas que, por sua vez, prejudicarão a economia como um todo. Além disso, as pessoas, em geral, rechaçam a ideia de uma sociedade desigual. Contudo, ambas as linhas de resposta ainda se limitam ao âmbito nacional, onde a desigualdade tem importância porque, afinal, as pessoas se percebem como iguais compartilhando uma mesma nacionalidade. No âmbito internacional as diferenças e divisões são mais profundas, podendo gerar um



sentimento de “irresponsabilidade” com relação aos problemas sociais “dos outros” (MILANOVIC, 2005, p.198).

Ocorre que a injustiça global torna socialmente insustentável a humanidade, sendo que “a sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de uma vida suficiente e decente”. A forma de exploração capitalista e as suas crises mais recentes têm condenado milhões de indivíduos à marginalização e à exclusão, à fome e a todo tipo de indignidade. Os níveis de barbárie e desumanidade têm superado quaisquer outros períodos históricos e, em termos globais, a convivência entre os seres humanos por não garantirem os meios de vida para grande parte da humanidade torna-se insustentável (BOFF, 2015, p. 19-20).

Além disso, à medida que a desigualdade aumenta, a pressão migratória será irrefreável, sendo pouco realista cogitar que é possível manter grandes diferenças de renda entre México e Estados Unidos, por exemplo, sem que aumente essa pressão. Os países ricos e seus respectivos governos estão travando uma batalha perdida com relação a esses fluxos, apesar de sua mentalidade de fortaleza alimentada pelo controle rigoroso das fronteiras. Isso porque para uma pessoa que vive em um país pobre, tão só o fato de mudar para um país rico, conforme demonstrado anteriormente, aumenta consideravelmente suas expectativas de renda (MILANOVIC, 2005, p. 200). Logo, motivados por essas expectativas, as pessoas farão de tudo, inclusive arriscar as próprias vidas, como já vem acontecendo, para migrar aos países mais ricos.

Sendo a desigualdade, então, um problema definitivamente global, é desse modo que precisará ser enfrentada, mesmo porque se está diante de um modelo político-socioeconômico que caminha a passos largos rumo ao esgotamento e colapso. Ainda que, num primeiro momento, pequenos grupos venham ocupando posições mais do que confortáveis nessa estrutura social, em uma perspectiva de médio e longo prazo essa distribuição escandalosamente desigual dos recursos tende a tornar-se insustentável - e a história já sinalizou para isso.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes momentos históricos não costumam ser definidos com nitidez enquanto estão em curso. Normalmente é preciso vive-los e supera-los para que, tempos depois, se possa volver os olhos ao passado e avalia-los com o distanciamento necessário para uma análise mais clara e completa, já que o ciclo da mudança terá sido concluído. Nesse sentido, muito se discute hoje, e não sem acirrada divergência, sobre a crise da modernidade - que pode tanto ser crise, como esgotamento ou mesmo reinvenção, conforme o ponto de vista do narrador.

A verdade é que se vive um tempo de intensas transformações, tão sensíveis que permitem o questionamento do paradigma espaço-temporal da modernidade, berço de boa parte das estruturas e instituições jurídicas, políticas e econômicas que sustentam o mundo contemporâneo. Conforme demonstrado ao longo do trabalho, a modernidade conduziu e foi conduzida por um ritmo bastante específico, o chamado tempo do progresso, o qual se prometia, sem muita demora, alcançar a todos.

Algumas promessas de melhoramento até podem ser associadas aos enormes avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas, que aliados ao fenômeno da globalização promoveram uma efetiva ressignificação das noções de espaço e de tempo, mas que, desse modo, não tardaram a relativizar e contestar o paradigma moderno responsável pelas suas concepções tradicionais.

Fato é que a promessa de progresso não apenas é descumprida como desacreditada, transforma-se em mito e tem escancarada pelo curso da história a sua própria impossibilidade. No seu lugar, o avanço do capitalismo e sua combinação com a globalização neoliberal resultam em uma crescente e assustadora desigualdade social, cujas proporções globais têm excedido em muito o que antes já era difícil de ser controlado internamente, em escala local.

A ideia de um mundo globalizado, sem barreiras físicas a dificultar a circulação de bens e riquezas, começa a ser confrontada também pelos problemas que desprezam essas mesmas fronteiras, não se tratando apenas dos problemas mais evidentes, como as questões ambientais, a escassez de recursos naturais ou o terrorismo. Hoje, a desigualdade social é um problema global; estatisticamente, como



restou comprovado ao longo desta pesquisa, o mundo é o lugar mais desigual do mundo.

Consequentemente, essa desigualdade social, gerada sobretudo a partir da concentração de renda e das falhas do sistema econômico quanto aos modos de distribuir e riqueza e recompensar o trabalho, precisa ser urgentemente enfrentada, sob pena de colapso de um sistema que já vem dando claros sinais de esgotamento. A ideia de progresso da modernidade falhou justamente ao ser prometida a todos tendo alcançado apenas alguns poucos privilegiados. É a história ensinado que o único progresso verdadeiramente possível e sustentável precisará, necessariamente, ser compartilhado.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução de Marcus Penchet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade. Lisboa: Edições 70, 2017.

BITTAR, Eduardo C. B. **O Direito na pós-modernidade**. 3. ed. modif. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

BOFF, Leonardo. **A terra na palma da mão**: uma nova visão do planeta e da humanidade. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAPELLA, Juan Ramón. **Los ciudadanos siervos**. Madrid: Trotta, 1993.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: SENAC/Edusp, 2010.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O Decrescimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.



GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *El discurso filosófico de la modernidad*. (Doce lecciones). Traducción de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1989.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade - um projeto inacabado. In: ARANTES, Otília B. Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, MA: Blackwell, 1990.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARTÍN, Carlos de Cabo. *Teoría histórica del Estado y del Derecho constitucional*. Volumen I. (Formas precapitalistas y Estado moderno). Barcelona: PPU, 1988.

MILANOVIC, Branko. **A desigualdade no mundo: uma nova abordagem para a era da globalização**. Tradução de Marta Pereira da Silva. Lisboa: Actual, 2017.

MILANOVIC, Branko. *La era de las desigualdades: dimensiones de la desigualdad internacional y global*. Traducción de Francisco Muñoz de Bustillo. Madrid: Sistema, 2005.

MILANOVIC, Branko. **Ter ou não ter: uma breve história da desigualdade**. Tradução de Franciso Liz. Lisboa: Bertrand, 2012.

MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie européias**. Tradução de Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NUNES, António José Avelãs. **A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ONU. Nações Unidas no Brasil. **Economia global deverá crescer 3,1% em 2018, prevê Banco Mundial**. 2018a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/economia-global-devera-crescer-31-em-2018-preve-banco-mundial/>. Acesso em: 30 Mar. 2018.

ONU. Nações Unidas no Brasil. **Seca e conflitos aumentam a fome de milhões em 2017, alerta novo relatório**. 2018b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/seca-e->



conflitos-aumentaram-a-fome-de-milhoes-em-2017-alerta-novo-relatorio/. Acesso em: 30 Mar. 2018.

OXFAM. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.oxfam.org.br>. Acesso em 23 Jan. 2018.

OXFAM. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Janeiro de 2020. Disponível em: <http://www.oxfam.org.br>. Acesso em 04 Mar. 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. **La sociedad de los iguales**. Traducción de Maria Pons. Barcelona: RBA, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político nas pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHAEFFER, Ute. A fome no mundo é um problema político. Revisão de Augusto Valente. **Deutsche Welle**. Disponível em: <http://www.dw.de/a-fome-no-mundo>. Acesso em: 09 Fev. 2014.

STEIN, Ernildo. **Epistemologia e crítica da modernidade**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**. Tradução de Dinis Pires. Lisboa: Bertrand, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WARAT, Luis Alberto. Por quem cantam as sereias: informe sobre ecocidadania, gênero e direito. In: WARAT, Luis Alberto. **Territórios desconhecidos**: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. Vol. I. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

